Gab. Chefe SID

SERVIÇO

MOVIMENTO 25 de Abril

boletim informativo DAS FORÇAS ARMADAS

Direcção: COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DO M.F.A.

N.º 6 — 10 DEZ. 1974 (Quinzenal) Preço 2$50 * 5.ª DIV./EMGFA Rua da Cova Moura, n.º 1 * DISTRIBUIDO POR: "O SECULO"

FOTOCOMPOSTO E IMPRESSO NO INSTITUTO HIDROGRÁFICO — RUA DAS TRINAS, 49

Recenseamento Eleitoral

O direito mais elementar de qualquer sociedade humana é poder reger livremente os seus destinos. Com o recenseamento eleitoral que se aproxima, eis finalmente chegada a hora do Povo Português se pronunciar sobre o seu futuro. Com efeito o processo eleitoral começa com o recenseamento e, na sequência das eleições de Março, será criada uma Assembleia Constituinte que elaborará o documento base orientador de toda a futura vida política do País e sobre o qual se apoiarão todas as leis e decretos que no futuro nos governarão.

A Constituição de 1933, aprovada através de um processo obscuro em que as abstenções contavam como votos a favor e sucessivamente alterada pelo ditador Salazar de modo a salvaguardar sempre os seus interesses, não expressava de modo nenhum a vontade do Povo Português e pelo contrário era mais um instrumento que permitia ao regime deposto realizar uma política de defesa dos interesses de uma minoria, sem que o Povo se pudesse opôr, a não ser sob a forma de uma revolução armada, como se veio a verificar em 25 de Abril.

Bem ao contrário, a próxima Assembleia Constituinte, eleita segundo um princípio de representatividade proporcional, assegura de facto que o documento que vier a aprovar é a tradução directa da vontade do Povo, democraticamente expressa. Para tanto é porém necessário que as eleições sejam completamente livres, honestos e representativos. Como condição básica aparece então um recenseamento eleitoral completo com a participação e controle efectivo de todos.

Assim se espera que, em vez dos 1,8 milhões de eleitores dos viciados cadernos eleitorais do regime anterior, possamos ter 5 ou 6 milhões de Portugueses exprimindo livremente a sua vontade.

O período destinado ao recenseamento é muito curto para um processo desta envergadura. Assim sendo, e tendo em conta que o saneamento das juntas de freguesia está longe de estar completo, mais se justifica que haja uma participação, controle e fiscalização efectivos de todos os cidadãos, conforme aliás está previsto na lei eleitoral.

A obrigação moral e legal de cada eleitor não começa com o preenchimento do Verbete de Inscrição Eleitoral e não termina no momento em que recebe o talão que serve de recibo. É dever de cada eleitor verificar se existe qualquer omissão, inscrição indevida ou incompleta e, em caso afirmativo, reclamar através dos meios que a lei eleitoral prevê. Só depois de publicadas as listas suplementares com as inscrições omissas e riscados os nomes dos inscritos a eliminar, cessarão as funções do eleitor, neste processo de recenseamento.

Só com a colaboração vigilante de todos será possível garantir um recenseamento completo e honesto, que é condição "sine qua non" de eleições inteiramente livres.

Os militares devem recensear-se nas Juntas de Freguesia dos locais de residência. No caso de residirem nas unidades, a inscrição é feita na Junta de Freguesia da localidade. Além da inscrição individual o comando das Unidades deverá efectuar a inscrição oficiosa prevista na lei. Transcrevemos da Lei Eleitoral:

ARTIGO 31

1 — Cada eleitor deverá ser inscrito nos cadernos do recenseamento mediante o preenchimento e a apresentação de um verbete individual, de modelo anexo a este diploma.

2 — O verbete de inscrição deverá ser assinado pelo eleitor ou conter a sua impressão digital, se o eleitor não souber assinar.

3 — Quando o verbete for apresentado, deverá ser assinado pelo membro da comissão de recenseamento que o receber.

4 — Quando a apresentação do verbete não for feita pelo próprio, deverá o apresentante assiná-lo também identificando-se pelo seu bilhete de indentidade ou fazendo reconhecer notarialmente a sua assinatura.

5 — O reconhecimento notarial será gratuito.

ARTIGO 26

1 — As comissões de recenseamento funcionarão na sede das Juntas de Freguesia ou em local por elas previamente anunciado, em todos os dias, durante o período de inscrição, das 19 às 23 horas, e aos sábados, domingos e feriados, das 9 às 12 horas e 30 minutos e das 15 às 20 horas.

OBRIGATÓRIA TAMBÉM PARA MILITARES A ENTREGA DO BOLETIM DE RECENSEAMENTO

A forma de recenseamento dos militares tem provocado certas dúvidas, pelo que se esclarece que, todos os cidadãos em idade eleitoral, incluindo militares, funcionários públicos e outros trabalhadores do Estados, têm de preencher o verbete de inscrição de eleitor e de o entregar, entre 9 e 29 de Dezembro, na Comissão de Recenseamento da freguesia onde residem.

As dúvidas têm origem no facto de a lei eleitoral obrigar os organismos do Estado a elaborar relações do seu pessoal, as quais se destinam *apenas* ao "contrôle" dos cadernos de recenseamento.

UM PROJECTO DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL

Editorial

Após 50 anos de fascismo, no momento em que, herdada do anterior regime, o país atravessa uma das mais graves crises da sua história, crise que o 25 de Abril veio permitir superar, a primeira tarefa que se põe ao povo português é a de reconstruir o seu país, política, económica e socialmente. Tarefa enorme esta, a exigir, mais do que nunca, convergência de esforços e vontades, e que condicionará, terá de condicionar, o nosso futuro próximo.

1. A democracia que se deseja solidificar, a participação de todos na definição do rumo da vida política, económica e social da colectividade, o confronto das ideias que é condição mesma da democracia e da participação terão de adequar-se — eles também — às condições históricas, e necessidades específicas do país na hora que passa.

Reconstruir um país subdesenvolvido e depauperado por 50 anos de impiedosa exploração do seu povo por minorias privilegiadas, exige a definição clara e imediata de objectivos prioritários a atingir dentro de determinado espaço de tempo, objectivos que desenvolvam e aprofundem o transitório Programa do M. F. A. de modo a convertê-lo num verdadeiro Projecto de Reconstrução Nacional que se alongue para muito mais além do que 1975.

Mas se as condições históricas e do país exigem a democracia, a participação e o pluralismo de ideias; se essas mesmas condições e as necessidades específicas de progresso do nosso povo exigem medidas que vão no sentido da construção de uma nova sociedade erguida sobre os pilares do trabalho, da solidariedade, da liberdade e da independência nacional — a situação difícil que o fascismo nos legou não se compadece com tímidos projectos de transição ou de gestão de uma realidade cada vez mais precária, nem tão pouco os valores da democracia, da participação e da liberdade (valores para hoje, não apenas para amanhã) podem fazer esquecer esses outros, tão caros no momento presente, da autoridade, da direcção central eficaz e da disciplina.

Na autoridade e na liberdade, na direcção e na participação, na disciplina e no pluralismo de ideias, há que erguer rapidamente as estruturas que permitam ao país lançar-se vigorosamente nos trabalhos de reconstrução nacional. Definir os parâmetros desse patriótico trabalho, achar-se os objectivos a curto, médio e longo prazo, buscar as soluções globais para os graves problemas do nosso país e do nosso povo é tarefa prioritária e urgente. É afinal formular um projecto nacional. Que somos, que queremos ser, como caminhar para atingir os objectivos a que nos propomos como povo independente.

Formular um verdadeiro Projecto de Reconstrução Nacional, como foi referido no início deste é responder, pela prática, aos anseios mais profundos do povo português. E será ainda o meio mais eficaz de, também na prática, reforçar a indispensável aliança entre as Forças Armadas, e o Povo — e de a projectar no tempo.

2. Passo importante de tal projecto mobilizador da consciência e das energias de todo um povo, a Constituição, a ser aprovada dentro de poucos meses, haveria de integrar-se no espírito de reconstrução desse Projecto Nacional. Tomando em conta as condições específicas de subdesenvolvimento do nosso país, o quadro institucional da futura organização do Estado, a definir pela Assembleia Constituinte, não deverá ser mera adopção de figurinos políticos estrangeiros que se não adaptem às condições reais da vida portuguesa. Mas sim diploma legal adaptado à circunstância de sermos país ao mesmo tempo da Europa e do Terceiro Mundo, país com uma problemática resultante dessa situação de fronteira entre dois mundos.

Da definição de um quadro institucional justo e realista depende afinal muito do futuro do país. E o reconhecimento de tal facto implica também um acréscimo de responsabilidade da parte de todos os que detêm poder neste país, responsabilidade que terá de ser ultrapassada, também aqui, pelo firmar da aliança entre o M. F. A. e as forças democráticas progressistas através de uma cooperação activa, frutuosa e patriótica.

3. Se o quadro institucional em que nos iremos inscrever é fundamental para a definição correcta de um projecto nacional — o que somos, o que queremos ser e o como caminhar também se definem aí — haverá que estabelecer o paralelismo necessário (em termos de complementaridade) com o articular de programas, no campo político, económico, cultural, educacional e social que terão de ser as linhas motoras das actuações governamentais nos diversos sectores que a reconstrução nacional tem de atingir.

Tal articular de programas (tal projecto nacional) implicará, de imediato, a cooperação patriótica de todas as forças democráticas deste país — M. F. A., partidos progressistas, massas trabalhadoras — no formular das directrizes e na sua aplicação.

4. Necessidade imperiosa, necessidade histórica, a reconstrução nacional (o desenvolvimento, a democratização, a descolonização) terá de ser obra de todo um povo, mobilizado para as tarefas essenciais do presente e do futuro. As forças políticas verdadeiramente democráticas, em aliança estreita com as Forças Armadas, caberá a histórica missão de definir e realizar as transformações estruturais e as reformas necessárias à construção de uma nova sociedade democrática adaptada às condições específicas do país.

O futuro da democracia neste país passa, hoje e amanhã, pela capacidade das forças políticas progressistas e do M. F. A. em solidificarem a sua aliança, através da urgente formulação desse Projecto Nacional, para cuja execução há que, sem delongas, mobilizar colectivamente o nosso povo.

NOTÍCIAS DO M.F.A. NOTÍCIAS DO M.F.A. NOTÍCIAS DO M.F.A.

ESTATUTOS DO M.F.A. EM CABO VERDE

1. INTRODUÇÃO

O M. F. A. em Cabo Verde deve entender-se como um prolongamento do M. F. A. nascido em Portugal, pretendendo-se que seja uma força dinamizadora das Forças Armadas em Cabo Verde, de forma a que mais facilmente se consiga que estas se identifiquem com o próprio Movimento das Forças Armadas.

E foi na interpretação dos desejos dos militares e no aproveitamento das actuais condições em que mais uma vez eles se viram envolvidos e consequentemente obrigados a seguir fielmente os Princípios consignados no Programa do M. F. A., que decididamente se lançaram na construção e institucionalização do M. F. A. em Cabo Verde, de forma a que haja uma participação global e efectiva de todos os ramos e categorias das Forças Armadas na concretização do processo de descolonização agora iniciado, como garantia de que as medidas que forem tomadas serão facilmente compreendidas e efectivamente executadas.

O Programa do M. F. A. é o nosso guia e é em torno dele que vamos desenvolver todos os nossos esforços no sentido de conseguir a unidade e coesão entre os militares, condições essenciais para que as Forças Armadas, conscientes do seu novo papel, proveniente do compromisso de honra que firmaram perante o Povo Português no dia 25 de Abril, tenham a coragem suficiente para encarar com firmeza e executar com fidelidade as suas novas missões.

Estamos cientes que a solução das guerra coloniais é política e não militar e desejamos vivamente conseguir ajudar os povos irmãos até agora colonizados a ascender a uma verdadeira libertação em paz.

2. OBJECTIVOS

O Movimento das Forças Armadas em Cabo Verde tem como principais objectivos:

1 — Defender o Programa do M. F. A. tanto na sua letra como no seu espírito e garantir as condições da sua plena execução.

2 — Dinamizar a democratização das Forças Armadas e a melhoria das condições de vida e de trabalho de todos os seus elementos, em estreita colaboração com os Comandos.

3 — Promover a consciencialização e formação política dos militares, a par de actividades culturais, recreativas e desportivas, contribuindo para o fortalecimento da unidade interna das Forças Armadas.

4 — Concorrer activamente para a correcta definição do programa de descolonização em Cabo Verde e vigiar pelo seu cumprimento.

3. ORGANIZAÇÃO

O M. F. A. em Cabo Verde, para além de dar a máxima iniciativa às unidades, atendendo às suas características específicas, basearà o seu funcionamento nos seguintes orgãos:

1 — *Plenários de oficiais, sargentos e praças*

a) São os órgãos soberanos do M. F. A. em Cabo Verde e reunirão sempre que as condições o exijam.

b) Pela descontinuidade do território, os Plenários funcionarão com a

(Continua na pág. 7)

REESTRUTURAÇÃO DO M.F.A. EM ANGOLA

I. FINALIDADE

a) Criar uma estrutura que, adaptando-se convenientemente à actual conjuntura angolana permita a consecução dos objectivos expressos no Programa do M. F. A. materializando a presença do movimento nos vários escalões militares e procurando a total identificação de todas as F. A. em Angola com o espírito do Programa do M. F. A.

Identificação de todas as F. A. com O M. F. A., deverá simbolizar-se, na cúpula por forma a que, em todos os níveis, os comandantes sejam os primeiros interessados e responsáveis pelo M. F. A. na sua Unidade, apoiando e utilizando a sua estrutura como órgão de trabalho não a devendo encarar como uma forma de limitação da sua autoridade.

b) Tendo em vista esta finalidade, deverão considerar-se objectivos prioritários do M. F. A. em Angola, os seguintes:

1 — A adopção de medidas conducentes ao esclarecimento e consciencialização política das F. A., reforçando a sua coesão e disciplina por forma a torná-las aptas como instrumento capital na obtenção dos objectivos do Programa do M. F. A.

2 — Apoio e conselho aos Comandos Militares em todos os escalões para que todos os seus actos e decisões conduzam à concretização dos objectivos políticos do Programa do M. F. A., nomeadamente aconselhando sobre a reformulação da missão e readaptação do dispositivo em face da evolução do processo político.

3 — Esclarecimento e apoio às autoridades e organismos civis e à população em geral, no sentido de obter a sua adesão ao processo de descolonização em curso.

4 — Acompanhamento dos actos da governação a todos os níveis, a fim de garantir que o Programa do M. F. A. seja integralmente respeitado e cumprido, funcionando nomeadamente como órgão consultivo do processo de descolonização.

5 — Promoção duma permanente análise da situação política de modo a garantir a correcta interpretação do Programa do M. F. A., assegurando a sua rápida divulgação e esclarecimento, tendo em vista uma perfeita sincronização de todas as F. A. no desenvolvimento do processo de descolonização de Angola e democratização em Portugal.

6 — Assegurar, através das Comissões do M. F. A. nos vários escalões uma íntima ligação de todas as F. A. em Angola; e, através da C. C. M. F. A. A. destas com a C. C. P. e ainda com as F. A. Portuguesas em missão nos demais territórios, para garantia da indispensável unidade de doutrina.

7 — Denunciar situações e factos que possam pôr em causa ou desvirtuar o espírito do Programa do M. F. A. e, dum modo geral, todas as manobras tendentes a quebrarem a coesão das F. A.

II. ORGANIZAÇÃO

A organização que se propõe visa conseguir que os órgãos do M. F. A. se estendam a todos os escalões da estrutura militar, assegurando assim a participação dinâmica de todas as F. A. na aplicação do Programa do M. F. A.

(Continua na pág. 7)

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO M.F.A. EM MOÇAMBIQUE

COMANDO-CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS DE MOÇAMBIQUE

1. A experiência alcançada desde 25 de Abril permite concluir pela necessidade imperiosa de estabelecer, dentro das Forças Armadas, uma estrutura baseada em elementos perfeitamente esclarecidos sobre o ideário do M. F. A. que, constituindo uma base dinamizadora da acção do Comando, possa colaborar leal e disciplinadamente na resolução não apenas dos problemas militares, mas também de todos aqueles que possam afectar a reconstrução nacional.

2. Tal estrutura assentará na constituição dos seguintes orgãos:

a) Comissão Coordenadora do M. F. A. junto do Alto Comissário/Comandante-Chefe;

b) Comissões Regionais ao nível Sector ou equivalente;

c) Comissões de Unidade até ao nível Companhia ou equivalente, inclusivé.

3. Torna-se indispensável ter bem presente que, em cada escalão, o Comandante deve ser o verdadeiro chefe do M. F. A.. Sendo primeiro dever de qualquer militar o respeito integral e a defesa da Constituição, e dado que o Programa do M. F. A. é a actual lei constitucional este terá de ser intransigentemente seguido.

4. Desta forma terá de haver uma íntima comunhão entre os comandos e os seus subordinados, comunhão essa fundamentada no respeito mútuo, na lealdade, na colaboração franca e aberta por forma a criar uma perfeita união e conjugação de esforços.

5. Para isso, porém, é necessário que todo o militar mantenha intacto o seu espírito de isenção, repudiando firmemente quaisquer desvios ou empenhamentos de carácter partidário que, servindo apenas uma facção, não servem de forma alguma uma Nação que todos desejamos livre e organizada. Não poderão, portanto, ser consentidas quaisquer atitudes de partidarismo, indisciplina ou desrespeito que, afectando a coesão das Forças Armadas, possam de qualquer forma prejudicar a elevada missão que lhes cabe no contexto actual.

6. Em todos os níveis a actuação dos elementos do M. F. A. se pautará sempre pelo respeito integral da ética militar, não lhes cabendo tomar ou interferir em decisões, que são prerrogativa exclusiva do Comando. A este deverão ser apresentadas propostas concretas e construtivas e prestada sempre colaboração leal e franca. Em caso dos Comandos terem dúvidas sobre a conveniência da execução das propostas feitas pelos elementos do M. F. A., devem apresentar o problema ao Comando imediatamente superior.

7. O Comandante-Chefe difundirá directivas sobre o funcionamento e atribuições dos órgãos referidos em 2.

DONATIVOS PARA AS FORÇAS ARMADAS

Donativos, produto do "Dia Nacional de Trabalho", foram enviados ao M. F. A. a fim de serem utilizados em obras de interesse colectivo. Iniciamos hoje a publicação da lista de donativos recebidos, o produto dos quais se destina ao Programa de Dinamização Cultural em curso.

Pessoal da Sociedade Montijense de Carnes, L.da — Largo Conde Ferreira, 4 e 7 — Montijo	11 442$00
Pessoal da Sociedade de Conservas Atlas, L.da e Gerência — Setúbal	7 658$20
Manuel da Costa Ventura — Gáfete — Setúbal	200$00
Pessoal da Firma José António Rita — Conservas de Peixe, S. A. R. L. — Olhão	12 940$20
Pessoal do Construtor Civil Ernesto da Silva Leite — R. Almirante Reis, 69 — S. Mamede de Infesta — Matozinhos	430$00
Pessoal da Firma António Jacinto Ferreira, L.da — Olhão	9 212$20
Pessoal da Firma Conserveira do Sul, L.da — Olhão	10 438$30
Pessoal da Gelmar — Filial de Olhão — Olhão	9 166$60
Pessoal da Firma Bicicletas Lenâmica, L.da — Av. Dr. António José de Almeida, 416 — Viseu	5 000$00
Sócios da Firma Cunha Santos 8 Abalheira, L.da — R. Duque de Palmela, 62 — Porto	1 162$50
Pessoal da Firma Manuel dos Santos 8 J. Alves, L.da — R. do Mirador, 8, letra I — Lisboa	2 622$00
Firma Vidreira de Algés e Pessoal — R. Luís de Camões, 51-A — Algés	240$00
Um grupo de trabalhadores da Firma de Stand Robalo — Av. Infante Santo, 403-B — Laranjeiro	6 401$50
Pessoal da Firma Manuel Luís Martins — Ceira dos Vales — Lousã	1 537$50
Empregados da Firma João Cristóvão China 8 C.ª L.da — Amadora	460$00
Trabalhadores da Firma André de Matos — Casal do Marco	1 350$00
Funcionários da Casa do Povo de Vale de Salgueiro — Vale de Salgueiro (Mirandela)	221$60
Trabalhadores da Firma Viegas 8 Lopes, L.da — R. Camilo Castelo Branco — Setúbal	15 162$30
Pessoal da Firma Pereira 8 Pereira, L.da — Malhas Peper — R. da Assunção, 42, 3.º — Lisboa	19 925$00
Empregados da Firma Vifibras — Plásticos Reforçados, L.da — Santa Iria de Azóia	2 031$00
Empregados da Firma Vifibras — Plásticos Reforçados, L.da — Santa Iria de Azóia	862$60
Firma e Empregados de Alves 8 C.ª L.da — Espelhos — R. João da Cruz, 7 e 13 — Portimão	2 000$00
Pessoal da Firma Frau (Boutique) — Av. Marquês de Tomar, 53 — Lisboa	1 827$50
Pessoal e Gerência da Firma Fernando Nogueira, L.da — R. Gago Coutinho — Águas Santas — Maia	1 000$00
Pessoal e Agricultor Joaquim Pereira — Alcácer do Sal	5 180$00
Pessoal do Snack-Bar Sotavento — Albufeira — R. S. Gonçalo de Lagos, 16	2 623$50
Pessoal da Firma A Leiriense de Materiais de Construção, L.da — R. de S. Bento, 540 — Lisboa	1 000$00
Pessoal da Firma Unimor — Mortágua	8 507$00
João António de Sousa — Lanifícios e Algodões — Bairro das Cardosas — R. 6, Vivenda Zélia — Portimão	200$00
Trabalhadores do Grémio da Lavoura de Mourão — Mourão	655$20
Empregados da Firma Parceria de Azeites, L.da — Parceiros de Igreja — Torres Novas	2 093$00
Francisco Janarra Ferreira — Santa Eulália (Leste)	200$00
Joaquim Manuel Gama — Olhão	470$00
Trabalhadores de S. Teotónio e Comerciantes — S. Teotónio — Odemira	2 100$00
Pessoal da Firma Carvalhos 8 Fernandes, L.da — Serpins	4 250$00
Pessoal da Firma Sociermel — R. Nova, 1 — Bucelas	527$00
João Simeão Lopes — Vila Moreira — Alcanena	200$00
Trabalhadores de João de Sousa Murta — Gambia — Setúbal	1 600$00
Trabalhadores da Firma Manuel de Jesus Silva, L.da — Almalaguês — Coimbra	638$00
Empregado da Empresa Industrial de Chapelaria, L.da — S. João da Madeira	131$90
Trabalhadores da Concital — R. das Amoreiras, 151, 1.º Esq.º	6 154$00
Trabalhadores rurais de José Machado de Ascenção — Brinches — Serpa	1 690$00
Trabalhadores de Pedro 8 Montovani, L.da — R. Acácio de Paiva, 2-B	3 966$50
Pessoal da Firma Uniquerex — Estrada do Vale Mimoso — Afonseiro — Apartado 32 — Montijo	2 286$50
Trabalhadores da Firma Litografia de Portugal — R. da Rosa, 309 8 315 — Lisboa	2 205$90
Sócios e Pessoal da Firma Irmãos Bandeiras, L.da — Góis	1 086$00
Lucro da Firma Casa José Guerra Frutuoso — Pedras Salgadas	550$00
Alfaiataria Central — R. Marquês de Pombal, 28 — Lagos	550$00
José da Cruz Machado — Vale de Vargo	5 000$00
Joaquim Cardoso Caldeira, Representações — Adémia — Coimbra	1 100$00
Isabel Moreira Piedade — R. da Palma, 252 — Lisboa	101$10
José Filipe Rato Júnior — 26 Thane Villas — London 7	1 000$00
Pessoal da Firma Estores Sul-América de José Pedreiras — Av. Estados Unidos da América, 108	600$00
Trabalhadores da Utilmóveis — R. de S. anto Amaro à Estrela, 174	34 431$90
A transportar	217 788$50

AS REALIZAÇÕES DO «25 DE ABRIL»

Quem se candidatasse a derrubar o regime fascista e colonialista de Salazar e Caetano sabia de ciência certa ir receber em troca uma herança medonha de problemas para resolver. Esse simples facto deve até ter arrefecido muita veleidade anti-salazarista que por este País fora foi floresceendo e definhando sem que nenhuma organização política tivesse chamado a si a responsabilidade de dar a ordem de assalto final ao regime fascista. Este vivia a coberto dos círculos viciosos que ia criando para o País, interessado só na sua própria sobrevivência e já desesperado.

Não conhecemos na íntegra o depoimento da última luminária do Estado Novo, Marcelo Caetano, mas os passos que a imprensa tem transcrito deixa-nos a sensação de este "Depoimento" ser, afinal, a confissão nua e crua da impotência do regime anterior para resolver qualquer das graves questões nacionais. Preferia-se a rotina da crise à coragem das grandes decisões.

Só as Forças Armadas — concretamente através do Movimento que foi pondo em marcha consciências, articulando vontades então clandestinas, convencendo espíritos hesitantes, neutralizando possíveis adversários, preparando as operações militares e o seu Programa político — podiam arcar com a tarefa de dar o assalto final à fortaleza fascista e ficar com o País real cheio de problemas para resolver.

Realmente só as Forças Armadas enquanto Instituição, pilotadas pelo M. F. A., estavam em condições de realizar tal tarefa de salvação nacional. E para levar a cabo tal objectivo só a coesão interna das F. A. dava um mínimo de garantias. E esse o espírito que preside à formação de uma Junta que é de Salvação Nacional.

Porém uma Junta de Salvação Nacional podia muito bem, e por si só, instaurar uma ditadura militar e arrancar para a resolução daqueles problemas mais urgentes tais a descolonização e a luta contra a crise económica. O Programa do M. F. A. adverte desde logo, e avisa somente, que se deve instaurar em Portugal uma democracia política e se deve restaurar o respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos, ou seja o M. F. A., através do seu Programa, mostra ter plena consciência de existir em Portugal um problema propriamente político. Daí que "Governo Provisório" e "Assembleia Constituinte" apareçam como peças fundamentais do articulado geral do Programa.

Nem descolonização nem democratização esgotam no entanto as frentes de luta abertas pelo movimento do "25 de Abril". A crise económica geral, suportada particularmente pelas classes trabalhadoras, apresenta características tais que uma acção imediata se impunha. A luta antimonopolista aliada à luta pela libertação das tutelas em que viviam as nossas classes trabalhadoras têm por fim destruir os obstáculos que se opõem ao desenvolvimento social e económico do País. O Programa do M. F. A. também é claro no seu projecto desenvolvimentista: ele terá de estar "ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas".

Repare-se que esses três objectivos têm de ser alcançados conjuntamente, embora possam observar-se desenvolvimentos desiguais durante os respectivos percursos. Todas essas frentes; a de descolonização, a da democratização e a do desenvolvimento necessitam de manter o contacto e a unidade de comando, sem o que se poderá prejudicar seriamente as condições de vitória. Ora só há vitória aqui ganhando em todas essas frentes:

Assim sem descolonização não há projecto de desenvolvimento real e coerente, sem desenvolvimento não há hipóteses de democratização estável, e sem democratização não há resolução do problema político português a nível institucional.

Neste contexto aparecem bem fraquinhos os "ciclópicos trabalhos" que Marcelo Caetano disse temeriamente ir enfrentar em 1968, e que afinal não teve coragem para o fazer. "Conversar em família" era bem mais fácil, enquanto se preparava cinicamente para "explicar" ao País a derrota militar que antevia para a Guiné, conforme agora despudoradamente confessa no seu "Depoimento". Significativo exemplo de toda uma política de mentira e escárneo exercida sobre o povo português!

Infelizmente, e Maquiavel já o havia notado, há sempre mais força para defender um privilégio adquirido do que para defender um bem recentemente conquistado.

Assim os grandes beneficiados pelo regime fascista não deixam de aproveitar as reais dificuldades do processo em marcha para tecerem a sua rede de insatisfações. Na sua manobra reaccionária são favorecidos ainda pelo facto da maioria das pessoas, inclusivé naqueles ambientes sociais onde os oficiais das F. A. se inserem, não terem muitas vezes uma visão de conjunto da obra empreendida, até pelo reclusivo meio que frequentam, sendo por conseguinte presa fácil dos pequenos acontecimentos com que às vezes possam deparar ou tomar conhecimento parcelar. Aqui exagera-se uma subida de preços, ali uma carta contando "coisas" de África, acolá um episódio menor de agitação académica.

Parece-nos pois extremamente útil recapitular as primeiras realizações do 25 de Abril, seis meses depois. E o que faremos no próximo número (o último deste ano) ao apresentarmos o balanço da actividade governativa.

JUSTA HOMENAGEM A UM HOMEM QUE HONROU AS FORÇAS ARMADAS

O Conselho dos Chefes de Estado-Maior decretou recentemente a reintegração de Humberto Delgado a título póstumo no posto de General da Força Aérea, nove anos após o seu assassinato por agentes da PIDE.

Com efeito, devido às suas actividades antifascistas, o General Delgado havia sido demitido não só do posto de General, mas também do cargo de Director-Geral da Aeronáutica Civil em 1959.

A acção libertadora do 25 de Abril veio permitir que se fizesse justiça a esse português e militar que foi um dos muitos caídos na longa luta em prol da Liberdade e da Democracia.

Esta reintegração é mais do que um acto de justiça. É uma verdadeira homenagem a um homem que honrou não só as Forças Armadas, mas também o Povo Português de onde veio e por quem lutou.

O PROGRAMA DA SAÚDE

Poderão variar de caso para caso os tipos de intervenção do Estado, em função das coordenadas políticas que regem a vida de cada comunidade. Os resultados atingidos, estando ligados à natureza dessa intervenção, acabam por decorrer do modo de organização dos meios de produção.

O Programa do Movimento das Forças Armadas inscreveu no seu ideário político a obrigação de o Governo Provisório assumir a responsabilidade na promoção das condições que defendem a saúde do povo português, na prevenção das suas doenças, e na intervenção activa de organização dos meios necessários à cura e à reabilitação, mediante o "lançamento das bases para a criação de um Serviço Nacional de Saúde ao qual tenham acesso todos os cidadãos".

Nem sempre os países mais poderosos do ponto de vista económico são os que atingem melhores níveis globais de saúde. Serve de exemplo a necessidade conscientemente assumida pelos E. U. A., em meados da última década, de rever todo o esquema existente de apoio sanitário e social a certos grupos populacionais menos privilegiados — idosos e indigentes. Por outro lado nem sempre se consegue conciliar a prestação generalizada de cuidados de saúde de bom nível a toda a população, com uma política económica orientada para a satisfação das reais necessidades da comunidade. Sistemas de saúde há que, prestando bons serviços à quase totalidade da população preocupam em grau crescente os governos pela evolução do seu custo, cujo crescimento ultrapassa universalmente as taxas nacionais de inflação. Alguns governos começam já a restringir benefícios, aumentando a participação dos utentes no funcionamento do sistema (pagamento de parte das consultas, medicamentos, próteses, etc.). Outros governos promovem a reflexão sobre o funcionamento do sistema em ordem à sua revisão profunda no sentido de economicidade: com os mesmos recursos, atingir maiores e melhores resultados.

1. Porquê um Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Consciente do estado de atrazo sanitário do País, entendeu o Movimento das Forças Armadas que se devia excluir o mais rapidamente possível todo um sistema que tinha já dado sobejas provas de sua ineficácia e caído no descrédito da opinião popular. Impunha-se caminhar radicalmente para formas mais avançadas de organização, despidas dos vícios do passado.

Neste sentido, usou-se a fórmula consagrada internacionalmente, — o Serviço Nacional de Saúde — para excluir todas as tentações de deitar remendos em roupa gasta, o que seria cómodo, mas ineficaz e dispendioso a longo prazo, sem resultados visíveis e estáveis na melhoria das condições de saúde dos portugueses. Um serviço nacional de saúde será uma organização única de cuidados de saúde de bom nível técnico, destinados a toda a população sem qualquer discriminação geográfica ou económica, cobrindo toda a gama de acções desde o saneamento do meio ambiente até à cura e reabilitação, e facultando aos trabalhadores que nele actuam condições de boa realização profissional. Estão pois excluídas todas e quaisquer fórmulas de simples coordenação de serviços autónomos, com maior ou menor grau de intervenção, destinados a sectores populacionais demarcados e abrangendo apenas algumas modalidades de prestação de serviços.

O carácter provisório do Governo, impõe, porém, limitações ao objectivo global que não se pode perder de vista. Transformar a multidão de órgãos e serviços actualmente existentes, dispersos por várias instâncias governativas, num Serviço Nacional de Saúde é tarefa que não se executa de repente, mas por um planeamento adequado. No limite temporal de vigência do Governo Provisório, sendo impossível construir e pôr a funcionar o SNS, ousou-se-lhe a execução da etapa preliminar — o lançamento das suas bases.

De resto, sendo o tipo de SNS a adoptar, de algum modo influenciado pela forma de organização da sociedade portuguesa, essa dependente das opções políticas definitivas que os sufrágios irão consagrar, seria impossível apontar desde logo para um modelo acabado. Dentro da tendência geral da socialização que começa a delinear-se para a sociedade portuguesa por força das opções fundamentais assumidas no Programa do Movimento das Forças Armadas, o Serviço Nacional de Saúde pode assumir diversas modalidades, nomeadamente no que respeita à intervenção do governo na sua orgânica (auto-gestão, co-gestão, gestão governamental), à sua forma de financiamento (seguro social obrigatório ou imposto directo sobre o rendimento), e ao papel reservado à iniciativa privada (complementar, marginal ou supletiva).

2. Lançar as bases do SNS

Lançar as bases do Serviço Nacional de Saúde, será, antes de mais, propiciar uma ampla discussão acerca da organização a construir e das formas de a implantar.

— Será simultaneamente afastar os ecolhos institucionais que se opõem à unificação de serviços, em primeira fase os dependentes do próprio departamento da saúde, em fase subsequente os que dependem de outros minis-térios. E de fundamental importância, nesta ordem de ideias a medida já promulgada de integração dos serviços médicos da previdência, na orgânica da saúde, com a indispensável unificação do estatuto dos profissionais.

— Será estudar a revisão das formas de financiamento dos serviços de saúde e melhorar de imediato o seu mecanismo de modo a evitar a pauperização dos estabelecimentos, agudizada em período de inflação.

— Será desbloquear imediatamente o funcionamento das carreiras (médicas, de enfermagem, paramédicas, etc.) estudando com as representações legítimas dos trabalhadores a sua futura estruturação, tendo em vista o objectivo de profissionalização (pela extinção do pluriemprego), de responsabilização (pelo controle da qualidade dos actos praticados), de subordinação do interesse individual ou profissional aos interesses gerais do País, e de satisfação profissional (pela melhoria das condições ambientais e materiais de trabalho).

— Será apoiar o Ministério da Educação e Cultura na difícil tarefa de adaptar o ensino superior, sobretudo a educação médica, à satisfação das necessidades do País, em vez de perpetuar a existência de uma elite económica e culturalmente divorciada do povo.

3. Quem apoia e quem se opõe ao Serviço Nacional de Saúde

Apoia a criação do SNS a esmagadora maioria da população trabalhadora traumatizada pela forma calamitosa como funciona a medicina das caixas e o internamento em hospitais decrépitos e ineficientes.

Apoia o SNS a esmagadora maioria dos profissionais de saúde, frustrados por décadas de falsas promessas de melhoria do ambiente do trabalho e das condições do exercício da profissão.

Apoiam o SNS todas as forças progressistas do País, interessadas em devolver ao Povo os direitos de que foi longos anos espoliado, ou em lhe conferir outros, até agora só mencionados em diplomas legais de impossível aplicação prática.

Quem se oporá à criação do Serviço Nacional de Saúde? A coragem política não é o forte das hostes reaccionárias, daí que ninguém tenha vindo a público proclamar a defesa incondicional de um sistema de saúde baseado na medicina liberal versus Serviço Nacional de Saúde.

Mas começa a notar-se a insistência de uma tese, segundo a qual não pode haver um SNS sem a socialização da medicina e esta não se pode promover sem que o país se encaminhe decisivamente para uma socialização crescente dos meios de produção. O raciocínio sofre de dois erros. O primeiro é identificar o exercício de uma profissão de saúde, a medicina, a forma produtiva, em pé de igualdade com a indústria pesada, os transportes, a energia, a banca, etc., esquecendo que outras profissões de saúde se encontram já, nessa óptica, "socializadas": enfermagem, paramédicas, administrativas, gerais, etc. O segundo erro engata no primeiro e consiste em induzir a opinião pública a identificar necessariamente o SNS com o fenómeno da "socialização" da medicina.

Facilmente se desfazem as confusões se atentarmos em que:

a) Um SNS não visa escravizar nem burocratizar os profissionais da medicina mas antes propiciar-lhes condições dignas de exercício, essas sim em regime de profissionalização, com repúdio frontal do pluriemprego, da polignorância, do "part-time", dos "ganchos" ...

b) Um SNS visa melhorar a relação médico-doente, pelo revigoramento da figura do médico de família, e/ou da comunidade, com ampla margem de liberdade de escolha para o utente.

c) Um SNS admite no seu corpo de pessoal, profissionais que podem exercer, segundo a opção que vier a consagrar-se, a actividade privada controlada, dentro ou fora das instalações públicas.

d) Um SNS não impede necessariamente a existência de grandes perso-

(Continua na pág. 6)

A REVOLUÇÃO ARGELINA

«O principal é tentar assegurar, após a independência política, a independência económica efectiva. Depois de conquistar a bandeira, alcançar a felicidade do povo.»

Nos meados do século XIX, a França, com um forte exército à frente, iniciou a colonização da Argélia. Durante cerca de 40 anos, os generais "africanos" tentaram pacificar sucessivas revoltas com sangrentas campanhas militares.

O sentimento nacionalista argelino, o desejo de independência não se diluíu na "integração na França" — antes se desenvolveu e fortaleceu ao longo de mais de um século de opressão.

Depois da 2.ª Grande Guerra mundial, abriu-se uma nova era de independência. O ano de 1954 foi marcado por uma série de importantes acontecimentos no desenvolvimento da luta pela emancipação nos territórios sob dominação colonial francesa: a vitória de Dien Bien Phu, no Vietnam, e na Argélia, o desencadear da insurreição nacional armada.

O 1.º de Novembro de 1954

Após terem esgotado ingloriamente as possibilidades de actuação legal e pacífica, os elementos mais conscientes do povo argelino organizam-se clandestinamente na Organização Secreta e, mais tarde, no Comitê Revolucionário para a Acção e a Unidade, embrião da Frente de Libertação Nacional (FNL).

A 1 de Novembro de 1954 lançam um apelo ao povo argelino em que, depois de analisarem a trágica situação a que o colonialismo levara a Argélia, indicam como finalidade da sua luta a independência nacional mediante:

1. A restauração do Estado argelino soberano, democrático e social no quadro dos princípios islâmicos.
2. O respeito pelas liberdades fundamentais para todos sem distinção de raças nem de credos.

A luta armada de libertação

O povo argelino lutou pela independência quase sem apoios. A insurreição nacional armada iniciada em 1954, foi condenada tanto pelo Governo francês — de que fazia parte Mitterand — como pelo próprio Partido Comunista Francês, que qualificou o acto de "terrorista" e "aventureiro", como pelas grandes potências. Estas ajudaram o Governo francês quer politicamente — Kruchtchev considera a Argélia como um "assunto interno da França" — quer militarmente — a OTAN fornecia armas ao exército opressor.

A medida que se constituia um grande exército de camponeses, operários e elementos da pequena-burguesia urbana, dirigido por Boumediene, as forças francesas passavam ao ataque, lançando vastas operações e multiplicando as zonas proibidas. Tentam isolar a Argélia do resto do mundo construindo barreiras electrificadas a Este e a Oeste do país e expulsam mais de 280 mil argelinos que se refugiaram na Tunisia e no Marrocos.

A tortura foi legalizada e generalizada como arma de repressão, ao mesmo tempo que o napalm e as bombas químicas eram reservadas às povoações camponesas, destruindo por vezes aldeias inteiras.

Apesar dos esforços do exército de ocupação, o Exército de Libertação Nacional mantinha solidamente uma série de baluartes montanhosos em Kabília, no Atlas, no Ouarsenis, etc.

Mais tarde, os feddayin entraram em acção nas cidades. Durante a batalha de Argel, de 56 a 57, a determinação e coragem dos combatentes e o apoio ilimitado que tinham da população sobrepuseram-se às batidas da polícia. A greve geral de 28 de Janeiro a 4 de Fevereiro de 1957 mostra ao mundo a adesão incondicional do povo à Frente de Libertação Nacional.

Foi a última fase da guerra, e a que foi mais dura para os argelinos. O exército ocupante — agora com 800 mil homens — desencadeou uma série de operações em que tentou travar e desmantelar a acção política e militar dos patriotas. Com o fito de desorganizar a actividade revolucionária forçaram mais de 2 milhões de pessoas a mudarem de local de habitação e trabalho. Tudo em vão.

As realizações da Revolução após a independência nacional

A 11 de Dezembro de 1960, as massas populares invadiram as ruas de Argel, desfraldando milhares e milhares de bandeiras verdes e brancas com o crescente e a estrela vermelha. Foi o princípio do fim para a ocupação francesa que não conseguiu suster o ímpeto invencível da luta emancipalista. Poucos meses depois o governo francês cede e senta-se à mesa das negociações com vistas à transferência de poderes. Entretanto, as forças reaccionárias, apoiadas pela facção reaccionária das Forças Armadas francesas, lançam uma campanha terrorista contra as populações argelinas, tanto em França como na Argélia. O general De Gaulle teve de apoiar-se num referendo popular para ter suficiente força para neutralizar a facção reaccionária das F. A. e esmagar a O. A. S., organização terrorista que apoiavam. Finalmente, nos Acordos de Évian, decide-se a realização dum referendo na Argélia, que tem lugar em 1 de Julho de 1962 e que teve o apoio esmagador de todo o povo argelino. A Argélia voltou a ser um Estado independente.

Desde então, a revolução argelina procura transformar a Argélia e abriu grandes perspectivas ao desenvolvimento das forças produtivas e à capacidade de criação e organização dos camponeses, dos operários e dos intelectuais revolucionários.

O principal é tentar assegurar, após a independência política, a independência económica efectiva: depois de conquistar a bandeira, alcançar a felicidade do povo.

A Argélia conseguiu vencer o analfabetismo e a escolaridade infantil aumentou de 15 para 67 por cento. O ensino técnico, industrial e agrícola tem hoje de produzir, em quatro anos, 28 mil quadros superiores, 40 mil técnicos e 187 mil operários qualificados. A população universitária decuplicou em dez anos.

A principal indústria estava nas mãos de companhias americanas

e francesas, que foram nacionalizadas a 51%. Actualmente, o Estado controla a quase totalidade da prospecção de petróleo, 88% do refinamento e mais de metade da produção.

No campo da indústria pesada, e nos têxteis, na metalurgia, etc., também se procederam a diversas nacionalizações de companhias estrangeiras, e iniciou-se, para toda a indústria, um sistema de economia planificada.

O desenvolvimento da indústria está intimamente ligado ao dos campos. O primeiro passo foi a transformação das estruturas semi-feudais dos campos, à volta de três pontos básicos: a terra para quem a trabalha; limitação da grande propriedade e a organização dos produtores em cooperativas.

Uma política externa independente

A independência é também a luta incessante no campo mundial contra o hegemonismo das grandes potências.

Neste campo, em diversas ocasiões, a Argélia tem surgido à frente do Terceiro Mundo, ou de diversos países pequenos e médios sem ambições de dominação, para lutar pelos seus direitos iguais.

A lição mais importante da revolução argelina, neste aspecto, é ter conseguido manter uma constante posição anti-imperialista, preservando a independência nacional perante as grandes potências em diversas ocasiões, como o exemplifica o caso do Mediterrâneo e a Conferência dos Países Não-Alinhados em Argel.

O espírito de independência nacional e de vigilância anti-imperialista que a Argélia demonstra, é sem dúvida uma das mais importantes lições a tirar desta grande revolução.

OS PILARES DO ESTADO SOCIALISTA

EXCERTOS DE UM DISCURSO RECENTE DO PRESIDENTE BOUMEDIENE

Recentemente, o Presidente Boumediene pronunciou um importante discurso perante quadros do Estado, em que reflete com clareza a posição argelina sobre diversos problemas, internos e externos.

Independência política e económica

Começou por focar a luta pela independência, primeira etapa da revolução, até 1962, e indicou que, até então, se agrupavam na Frente de Libertação Nacional todas as forças, todas as tendências que convergiam para esse objectivo.

"Mas a etapa da luta pela independência é diferente da que se segue". De 62 a 65 várias tendências defrontaram-se no seio da FLN; "no entanto, era preciso depois da independência, garantir a via de Revolução na mesma opção mas com uma única diferença, simultaneamente simples e grande. É a avaliação das forças com que enfrentávamos a nova etapa, caracterizada pela edificação e construção."

Sobre as dificuldades desse período, o presidente argelino referiu que "os problemas que muitas revoluções e vários regimes progressistas têm de enfrentar devem-se ao facto de que a sua Revolução parou ao nível dos slogans e não se infiltrou no centro do sistema económico e social para realizar a edificação económica e substituiu as velhas relações sociais por outras, novas, baseadas no direito, na justiça e na igualdade".

Os pilares do Estado socialista

Na nova etapa, os Argelinos edificam "os pilares do Estado socialista". "Isso não quer dizer que impomos a fé no socialismo a todos os cidadãos, consideramos que a responsabilidade do Estado socialista também é proteger no quadro das leis, todo o cidadão argelino é atacar, por outro lado, os que querem atacá-lo ou conspiram contra ele".

"Lançámo-nos na batalha económica, nestes últimos anos, no quadro da política que consiste em dar um conteúdo real à independência. Ganhámos todas as batalhas de nacionalização e da recuperação de todas as riquezas e recursos do nosso país (...) a Argélia, não só recupera as suas riquezas como as tenta desenvolver e construir uma economia forte, moderna e desenvolvida.

Porque a economia, nos tempos modernos, é o garante da independência e qualquer fraqueza económica vai acabar na dependência."

O discurso prossegue elogiando os progressos argelinos na indústria pesada, que faz parte duma filosofia, "tendente a exportar as matérias-primas manufacturadas e não sob a forma de matérias brutas a preços ridículos para nos serem reexportadas a seguir, transformadas em produtos industriais a preços exorbitantes, que, evidentemente, está em contradição com a filosofia capitalista ocidental que se baseia na avidez, na exploração e tem por fim manter-nos na dependência."

"Travámos na Argélia, combates decisivos para esmagar esta filosofia colonialista. Entre elas, como se recordam, houve a batalha do petróleo."

A formação revolucionária do indivíduo

O Presidente Boumediène fala-nos da nova fase: "Depois da primeira etapa, a da edificação socialista, é a vez da fase seguinte, que consiste em dar um conteúdo democrático a essa economia, e daí a publicação de cartas e leis sobre as empresas socialistas." (...)

"Além das preocupações da edificação material, há um campo extremamente importante que goza do interesse da Revolução; é o do ensino e da formação (...). O sector do ensino terá a prioridade das prioridades porque a verdadeira revolução reside na formação revolucionária do indivíduo." (...)

"A luta pela arabização é uma parte integrante das preocupações desta nação e é o garante da sua unidade nacional. além de ser uma opção estratégica da nossa Revolução socialista. (...)

"Lutámos duramente para conservar a nossa personalidade nacional e os componentes da nossa nação e os seus fundamentos e para salvaguardar a sua glória e a sua dignidade."

"Consagrámos todos os esforços para a mobilização das energias materiais necessárias à edificação dum Estado forte e próspero. No entanto, isto só não basta para concretizar esse objectivo, e daí a tarefa da nossa revolução na marcha da edificação que consiste em mobilizar as potencialidades humanas conscientes."

"É assim que dezenas de milhar de jovens foram incorporados no serviço nacional (...) para, voluntariamente e com entusiasmo, marcarem o tributo do suor como os mais velhos pagaram o tributo do sangue."

O partido revolucionário

O discurso refere-se então ao papel do partido revolucionário

"O movimento revolucionário socialista deve ter um Partido revolucionário, ideologicamente socialista e com objectivos claros. Os seus pontos de vista quanto ao presente e ao futuro devem distinguir-se pela precisão e pela clareza. Porque a Revolução socialista é o movimento inexorável das classes laboriosas que têm fé na Revolução e mobilizadas para a realização dos seus objectivos. Também é a vanguarda revolucionária dos intelectuais militantes e que não vivem em torres de marfim longe do real, mas que se fundem com as forças que têm interesse na vitória da Revolução socialista."

O papel da Argélia no mundo

O presidente Boumediène explica em seguida que o relevo que a Argélia assumiu é devido "às ideias por que luta" e à sua análise "das relações entre o Terceiro Mundo e os países industrializados e o mundo pobre e o mundo rico."

"Hoje vamos tomar uma nova iniciativa no debate sobre o problema de energia ao mais alto nível, pela reunião de cúpula dos países produtores de petróleo. Com efeito, a energia tomou dimensões mundiais e já não podemos discutir ao nível de reuniões de ministros e unicamente do ponto de vista financeiro. Fomos vítimas de exploração do mundo industrializado, que hoje tem dificuldades que os seus especialistas só resolvem através da baixa dos preços à nossa custa. O que nos obriga a elaborar uma política clara e a ligar o preço do petróleo a muitas coisas."

Em seguida, salientou o apoio à Organização de Libertação da Palestina e a sua confiança na vitória contra os seus inimigos.

A concluir, o presidente argelino declarou:

"As nações que atravessaram longas etapas num curto espaço de tempo, são nações que têm homens com uma grande maturidade e um sentido elevado da responsabilidade e que colocam o interesse geral acima do interesse pessoal para servir de exemplo às massas."

Vasco Gonçalves na Academia Militar

Os Militares estão ao serviço do Povo

Os militares e a política

"O homem antes de ser militar é um cidadão. Todo o cidadão é político. Essa coisa de se dizer que os militares são apolíticos é falsa. Já se sabe, desde Aristoteles, e muito antes, que o homem é um animal político. Simplesmente no Exército não cabem as lutas partidárias. Isso faz parte da nossa servidão militar, que é uma das nossas honras. É necessário que tenhamos consciência disso. Nós servimos o nosso povo e para escolher livremente os seus destinos é necessário que não nos embrenhemos em lutas partidárias. Que tomemos consciência dos problemas, sob todos os seus aspectos: políticos, económicos, ideológicos, científicos, sociais, etc. Sobre toda a gamã de problemas do País. Isso é absolutamente necessário e deve fazer parte da cultura dos militares. Mas nós não devemos trazer as lutas partidárias para dentro dos quarteis, nem, lá fora, enquanto no serviço activo, podemos tomar posição destacada desse ponto de vista. Porque nós somos os homens que temos as armas, utilizamos as armas, e essas armas só podem ser utilizadas ao serviço do nosso povo. Nós não podemos, beneficiando de uma situação particular em que nos encontramos, que é aquela de dispormos das armas, de as utilizar. Só as devemos utilizar em circunstâncias excepcionais, como o fizemos há bem pouco tempo, para impor outra linha de rumo ao nosso país, porque o nosso povo assim necessitava.

Portanto, nós devemos ter, dentro dos quarteis, uma educação política, mas essa educação política não significa partidarismo político, significa precisamente apartidarismo. Deveremos ser capazes de confrontar as nossas ideias, de as discutir, e não levar os militares a tomar posições partidárias. Isso faz parte da nossa servidão militar. Nós temos limitações ao exercício da nossa liberdade. Para que o nosso povo possa exercer a sua liberdade em toda a sua plenitude, é necessário que os militares sacrifiquem uma parte dela. Mas nós sacrificamo-nos, orgulhosamente, se estivermos ao serviço do nosso país, da nossa Pátria, o que quer dizer, do nosso povo.

(...)

A verdadeira disciplina

A verdadiera disciplina é a disciplina consentida, é aquela que resulta de relações de fraterna camaradagem entre os instrutores e os instruendos, mas essa camaradagem só pode ser baseada na verdade, que era uma coisa que andou longe desta escola, como traço dominante, durante largos anos. A verdade andou longe desta escola. Pois, hoje há todas as condições para que só a verdade exista nesta escola. É a isso que eu exorto, exorto os alunos, exorto os professores, exorto todos nós, para que só a verdade — e temos condições para isso —, só a verdade conduza as nossas acções. A verdade, a dignidade militar, o brio, a ética. Esses homens que, antes eram os mais revoltados contra a disciplina formal, eram aqueles que dentro do seu coração mais sentiam deveres da ética e do brio militares. A disciplina exterior deve ser consequência da disciplina interior. Doutro modo, não é disciplina. No meu tempo, cultivava-se muito a disciplina exterior. É necessário que os oficiais andem bem uniformizados, bem engraxados, com os botões limpos. Mas é muito mais necessário que andem com as consciências tranquilas e senhores dos seus deveres com a sua Pátria. Uma coisa não é incompatível com a outra.

Os militares e o processo de descolinização

Queria, ainda, chamar a atenção dos camaradas para a compreensão necessária em relação ao processo de descolonização. Não basta dizer: acabou a guerra, e pensar que os assuntos estão arrumados.

Temos responsabilidades históricas. Temos feridas a sarar.

Temos pátrias de expressão lusiada a criar. Isso necessita de muita dedicação, de muita consciência, de muita formação militar. A nossa missão não terminou, apenas porque foi feito o cessar-fogo ou porque certos territórios estão a caminho da independência — a Guiné já alcançou a sua. A unidade das Forças Armadas, a consciência do processo que vivemos, é uma condição absolutamente necessária para garantir que o processo de descolonização continue. E esse processo de descolonização fica caro, muito caro à nossa Pátria. Não podemos, de um dia para o outro, reduzir as despesas nessa matéria, porque temos de defender os interesses dos portugueses que lá estão — os legítimos interesses dos portugueses que lá estão.

Democratização das Forças Armadas

"Qual é o futuro que nos oferece a situação do 25 de Abril. Nós falamos hoje muito em democratização das Forças Armadas e há gente que se assusta com isso.

(...)

E muitos dos militares que estão entre nós, desabituaram-se, na própria vida militar, a gerir as suas unidades de maneira democrática. O que é preciso é ligar as coisas.

A gente gere uma sociedade de uma maneira autocrática quando, não ouve os colaboradores, quando está convencido de que temem si toda a ciência, quando quase não ouve os colaboradores, ou os ouve muito pouco. Então, toma decisões e procura impô-las, servindo-se do seu posto hierárquico. Grande parte dessas decisões são erradas, porque toda a gente sabe que uma cabeça pensa menos do que meia dúzia.

Há outra maneira, a democrática, de gerir as sociedades civis e as militares. Consiste em ouvir os colaboradores, os Estados-Maiores e aqueles que estão mais directamente interessados nos assuntos e que consiste na participa ão que vem escrita no I rograma do Movimento das Forças Armadas. Esses homens, ao ouvirem os colaboradores, os interessados e os participãtes, e ao tomarem uma decisão, não estão a ser uns libertinos. Estão, antes, a resolver cientificamente os problemas, e estão a resolvê-los democraticamente. Isso é que significa democracia.

Mas a democracia significa mais. Nós temos o dever de nos instruirmos uns aos outros. É na crítica que a lucidez se aperfeiçoa. Essa crítica não significa indisciplina. Indisciplina é as críticas serem feitas para dentro e não termos ou a coragem ou a possibilidade de as fazer para fora. Isso é que é x indisciplina. Agora, criticar dentro das regras, da tranquilidade, da serenidade e do respeito é trabalhar para o futuro e para o progresso. E os militares têm um grande papel a desempenhar nisso, porque têm obrigação de se consciencializarem uns aos outros, para que não sejam nunca mais joguete na mão de minorias privilegiadas, que utilizam o Exército para se encherem, para dominar o País, para conduzirem a economia dentro dos seus interesses e não dentro dos interesses globais do País. As políticas monopolistas precisam sempre de exércitos a apoiá-las, de exércitos pouco esclarecidos. E nós precisamos de exércitos esclarecidos."

DISCURSO DO COMANDANTE DO R. C. P., CORONEL RAFAEL DURÃO, NA CERIMÓNIA DE JURAMENTO DE BANDEIRA, REALIZADA NAQUELA UNIDADE

Excelentíssimo Senhor Chefe do Estado-Maior da Força Aérea; Excelentíssimos Senhores Generais; Caros Camaradas; Oficiais, Sargentos e Praças:

Antes de tudo, quero saudar Vossa Excelência como o mais alto responsável pelos destinos da FORÇA AÉREA PORTUGUESA e dizer que as T. Pq. confiam em vós para o muito que é necessário fazer pela renovação e transformação das suas estruturas.

É a primeira vez que Vossa Excelência nos visita investido nas suas actuais funções; talvez ainda não nos conheça profundamente, pois mal teve tempo para se debruçar sobre a complexidade de problemas que outros lhe deixaram e que aguardam solução rápida. Sei, no entanto, que lhe merecemos estima e consideração suficientes para crermos que a solução dos nossos problemas, no âmbito das FORÇAS ARMADAS, não demora.

Estamos confiantes na sua competência e determinação e contamos com a firmeza e rectidão de Vossa Excelência para justa defesa dos nossos anseios.

O respeito e lealdade que lhe devemos e a noção perfeita da missão que nos cabe incitam-nos a cumprir, cada vez mais, o indeclinável dever de tudo dar sem desfalecimentos.

Aos Comandantes da E. P. E. e da B. A. 3 quero também, neste momento, dirigir uma palavra de amizade fraterna, e de agradecimento pela colaboração que nunca nos foi negada. As T. Pq. estão a vosso lado para prossecução das missões que lhes cabem na defesa e na construção da nova ordem social do País.

Permita-me, meu General, que me debruce agora, um pouco mais, sobre a presença aqui, de alguns dos camaradas da Comissão Coordenadora do M. F. A.

A convite da Unidade, deslocaram-se ao R. C. P. para também testemunharem o solene acto de juramento dos nossos pára-quedistas. A eles devemos uma palavra de saudação.

Estes oficiais foram a alma do 25 de Abril. A eles aderiram, desde o primeiro momento, muitos outros, e sobretudo aderiu o povo português pois o PROGRAMA por eles forjado, constituindo documento humanístico invulgar, indicou ao País o verdadeiro e irreversível caminho na escalada da Justiça Social, da Paz, da União e do Progresso das suas gentes.

O R. C. P. está, em consequência, intransigente na defesa desse PROGRAMA.

As FORÇAS ARMADAS contarão como desde o primeiro momento contaram com a nossa coesão e generosidade para, em bloco, não só garantir a Ordem e a Independência indispensáveis à democratização do País com vista à obtenção da verdadeira Justiça Social para o seu Povo, mas também para participar nas tarefas de construção e progresso Nacionais.

No Ultramar continuarão as T. Pq. a ser um dos esteios do processo de autêntica descolonização e não consentiremos que as liberdades que defendemos em nome da igualdade dos direitos do homem sejam tidas, por oportunistas partidários ou gananciosos desesperados, como sintoma de menos firmeza das nossas convicções patrióticas ou de menos força para concretização dos nossos claros desígnios. Pelo contrário, é a identificação perfeita entre o Povo e as FORÇAS ARMADAS que nos confere a força excepcional que possuímos e que nos anima a lutar pondo de parte os próprios interesses individuais. É corrente emitir-se a opinião de que as FORÇAS ARMADAS não devem imiscuir-se nos assuntos políticos. A afirmação é estrondosamente errada quando se põe em cheque toda uma concepção de Nação e o modo de existir de um Povo.

Minar a fé dum Povo nas suas Instituições Políticas e Militares, arruinar a confiança que ele deposita nos seus Chefes Políticos e Militares, exacerbar a luta de classes, fazer nascer por todo o lado a desconfiança a dúvida e o cepticismo, isto não é mais do que conduzir uma campanha de natureza política ou social consciente e até lógica para quem conseja finalidade de pura sabotagem: Sabotagem social, económica e necessariamente política.

No momento presente defendemos um Programa Político; queremos construir este País com base nesse Programa e com verdadeira isenção partidária; qualquer desvio a esse Programa constituirá pois uma sabotagem militar.

É uma sabotagem análoga, quantas vezes mais eficaz, a destruir uma obra de arte, uma linha de caminho de ferro ou um depósito de munições.

Neste momento as FORÇAS ARMADAS não podem nem devem deixar de considerar toda a acção política ou questões sociais, senão dentro do seu próprio campo de actividade pois, para além da defesa da Soberania Nacional, que é sua missão fundamental, não podem esquecer que são garante das liberdades alcançadas e terão que alicerçar efectivamente a democratização do País à luz da Justiça Social e do progresso do seu povo. Esquecendo-o, na hora presente, seria cometer não somente um erro, mas pior que isso: seria mesmo um crime.

Cabem portanto às FORÇAS ARMADAS duas missões prioritárias: — intensa e renovada preparação militar com base em esclarecida disciplina e enquadramento competente, usufruindo de novas estruturas e equipamento eficaz, outra — a identificação perfeita de tdos os seus membros com o PROGRAMA POLÍTICO exultantemente aceite pela Nação com vista à participação efectiva nas tarefas da reconstrução Nacional sejam elas de âmbito social, económico ou cultural.

Se não conseguirmos estar preparados para cumprir a primeira destas missões, deixaremos de ter validade como Instituição e perderemos a qualidade de único e legítimo Povo em armas. Somente o respeito pela hierarquia, a disciplina sólida, a isenção partidária, a perfeita organização e a aptidão moral, física e profissional nos garantem desempenharmos essa função com responsabilidade.

Sem coesão, sem força moral, sem esse aperfeiçoamento técnico-profissional, sem as bases ideológicas e as virtudes que nos norteiam não seremos capazes de levar por diante a tarefa que nos impusemos, não estaremos prontos a vencer, como um bloco, as pequenas e grandes contrariedades, nem a consolidar a libertação definitiva do nosso Povo.

O próprio Povo, perante as convulsões que infalivelmente surgiram, não acreditaria na legitimidade da nossa existência e na isenção e profundidade dos nossos desígnios.

Diz-se, e é realmente verdade que as FORÇAS ARMADAS são o espelho da Nação, mas por vezes esquece-se que dependerá daquilo que formos a efectiva liberdade do nosso Povo e a própria Independência Nacional.

"Suprimam-se as Virtudes Militares e toda a Sociedade Civil se desmorona" — escreveu escrevrvu ANATOLE FRANCE que não era positivamente um militarista.

Não há dúvida: mesmo quando todas as outras organizações falecem, no colapso extremo, são elas ainda, as FORÇAS ARMADAS, as últimas a sentir bater o coração da Pátria. Esse coração é o seu Povo e para o servir, quando tudo parecia já irremediavelmente perdido, as FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS em 25 de Abril gritaram "BASTA!!!".

Para além do afastamento dos responsáveis pela situação desesperada a que infalivelmente chegariamos, as FORÇAS ARMADAS mostraram à Nação o caminho do futuro, aquele que levará à reconstrução nacional.

As T. Pq., pelo que fizeram e ainda pelo que deram, contam-se como das melhores e não querem, nem podem, nem devem ser ignoradas para execução das missões fundamentais que assegurarão aquela reconstrução. O seu Valor não está em causa e com orgulho posso afirmar que é reconhecido por todos.

Há, no entanto, quem pense e diga que as tropas especiais são caras. Em valores absolutos não há dúvida que assim é, muito embora não o sejam tanto quanto se pensa ou diz. Mas em valores relativos, e assim teremos de raciocinar se quisermos sair duma rotina aniquilosante, é fazer afinal o esforço de estabelecermos a razão entre o custo dessas tropas e o seu rendimento. Compararmos tal razão com as razões da mesma obtida com outros meios, então, e talvez com estupefacção, ficar-se-á com a certeza de que nem sempre o que custa mais é o mais caro. A reestruturação das Forças Armadas do futuro terá que ter em conta e contar necessariamente com as T.Pq. a nível mais adequado. Mas tanto há ainda para dar de nós mesmos sem regatear sacrifícios nem procurar recompensas, que bem será nem pensar no que fizemos ...

Cabe agora para vós PAIS, ESPOSAS, IRMÃOS e NOIVAS dos militares que aqui se encontram, uma palavra especial de saudação.

Agradeço-vos a confiança que neles e em nós depositam, o apoio moral que lhes dispensam e a serenidade com que os esperam para no final da sua preparação militar construirem convosco o indestrutível futuro da Nação. A vós emocionado e respeitosamente me dirijo, pois sois as testemunhas material e sentimentalmente mais afectadas e sem dúvida as mais orgulhosas pelo momento inigualável que vai seguir-se.

Ia ainda dedicar algumas palavras à Juventura Portuguesa, incitando-a a cumprir o seu dever; mas os jovens soldados que nos cercam e as afirmações de honra e generosidade que em seus corações palpitam, torna desnecessário qualquer incitamento. E se porventura em alguns jovens lusitanos surgirem dúvidas ou apreensões quanto ao caminho a seguir, à firmeza dos passos a dar, às responsabilidades e finalidades que a Nação, neste momento, se propôs, esses jovens não serão dignos da hora que passa.

Não serão esses, por certo, mas sim estes, os verdadeiros representantes dessa juventude.

O juramento que ides presenciar não é só dos nossos soldados, dos vossos filhos, dos vossos parentes, dos vossos noivos.

Não limitemos este acto a tão poucos nem sejamos testemunhas de coração ausente perante responsabilidades que a todos cabem.

A emoção que aqui sentirdes dentro de momentos quando estes moços soldados proferirem o seu juramento de Bandeira deverá ser para todos nós motivo de reflexão e estímulo incomparável quando porventura fraquejarmos indecisos perante o bem e o mal, o justo e o injusto.

SOLDADOS!

É agora só a vós que me dirijo.

Há na vida do homem dias de tal modo inesquecíveis que, por mais que o rolar dos anos novos factos gravem, nada os conseguem apagar.

Este vosso Juramento de Bandeira ficará, estou certo, na vossa lembrança como data inolvidável.

Ides afirmar a vossa submissão à Pátria, ides jurar defendê-la — contra tudo e contra todos — até ao último alento da vossa vida.

Alguns como vocês também aqui o juraram e com honra souberam tombar no campo de batalha.

Não os esqueçamos nunca e que agora mesmo os relembremos em sentida oração.

Aliás, os nossos camaradas não morreram; os verdadeiros homens não morrem. Os homens não são iguais, nem na vida nem na morte. Os que viveram com honra poderão ser iguais ao que viveram na ignomínia?

Não! Os nossos camaradas não podem ter morrido em nós!

Não os defraudemos sob pena de sentirmos inflexivelmente o peso da sua cólera.

Que essas gotas de veneno que são a renúncia, a traição e a cobardia não tenham coito em nós.

O vosso juramento, no entanto — e atentai bem no que vos digo — não vos torna de repente bons soldados, o mesmo é dizer bons cidadãos. Já o sois em potencial e a instrução a que fostes submetidos tentou preparar-vos para tanto.

Porém, a noção das responsabilidades e o respeito pela vida humana, impõe-nos a continuação da vossa preparação para que conhecedores das vossas possibilidades morais e físicas, dos meios ao vosso dispor e confiantes enfim em vós próprios, nos camaradas e nos vossos Chefes, possais cumprir o vosso juramento com honestidade.

O sentido de nobre disciplina a que voluntariamente vos submetestes é a nossa maior fortaleza.

A essa disciplina e à nossa própria disciplina devemos a coesão e espírito de corpo que nos une e que com a perfeita consciência das nossas potencialidades espirituais e morais, nos confere plena aptidão para orgulhosamente aceitar o desafio que a nós próprios nos impusemos com a certeza de cumprirmos o nosso dever perante a Nação pois agora temos o estímulo — sabemos esclarecidamente porque lutamos.

Que as palavras que ides proferir assomem aos vossos lábios com todo o seu pleno significado, vindas do mais fundo do vosso coração generoso e filtradas por uma consciência digna e sã.

No momento em que elevardes o vosso braço em direcção à Bandeira e pronunciardes as palavras que são o grito eterno das qualidades deste Povo, quero que o vosso corpo estremeça de entusiasmo, que os vossos corações e as vossas almas se elevem às alturas incomparáveis dos nossos heróis.

Se sentirdes mesmo no vosso íntimo o soltar duma fremente lágrima de emoção, podereis estar certos que essa lágrima constitui o selo e confirmação do vosso compromisso.

Afirmai bem alto o respeito pelo sangue derramado pelos nossos mortos; jurai defender os direitos do nosso Povo e gritai a vossa fé, a vossa fé não só, mas a certeza dos altos desígnios e do futuro da Nação Portuguesa.

Que o vosso juramento ecoe pois, por vales e montes, numa manifestação de esperança no vosso futuro, numa afirmação do vosso querer forte e resoluto, numa expressão da consciência da vossa responsabilidade na imensa tarefa que agora nos cabe.

E quando um dia os vossos filhos viverem momento igual ao que agora viveis, possam então, já com a consciência de bem haver cumprido, dizer também: "Que nunca por vencidos se conheçam"; A Pátria precisa de vós como nos teve a nós; vós sois a Pátria, jurando defendê-la, defender-vos-eis a vós próprios.

Que a Nação conte convosco indefectivelmente para que possa serena e firmemente continuar a trilhar o novo caminho que escolheu de olhos postos no progresso moral, material e bem estar das suas gentes. Para que possa enfim, derramar generosamente sobre todos os seus filhos a luz cada vez mais intensa de uma civilização fundamentalmente humana e profundamente justa.

Sereis então orgulhosamente dignos "daqueles em quem o poder não teve a morte".

PROGRAMA RÁDIO M. F. A.

O M. F. A., através dos diversos meios de comunicação, empenha-se na divulgação e esclarecimento do seu Programa, medida essencial para a sua exacta interpretação e cumprimento. Como primeira vis surgiu o "Boletim Informativo", agora já no seu 6.º número. Neste momento também transmitimos na Emissora Nacional, 3.as, 5.as e 6.as feiras das 18,15 às 19,00 horas, e no Rádio Clube Português, 4.as e 6.as feiras das 22,00 às 22,20 horas. Para breve também a presença do Programa do M. F. A. através da TV.

O PROGRAMA DA SAÚDE

(Continuação da pág. 3)

nalidades do mundo profissional em regime de total liberdade de exercício da clínica, ou o funcionamento de meios de hospitalização inteiramente privados. Uns e outros estarão naturalmente fora do SNS mas com ele coexistirão segundo as condições a definir.

4. *Responsabilidade da execução*

O lançamento das bases de um serviço nacional de saúde é reconhecidamente uma tarefa difícil. Ela terá porém que ser prosseguida inexoravelmente em cumprimento do mandato que o Movimento das Forças Armadas conferiu ao Governo Provisório. Na sua execução, o Movimento das Forças Armadas, não está porém sozinho; conta com numerosos apoios, representando um conjunto coincidente de forças:

a) Os trabalhadores exigem o Serviço Nacional de Saúde e não estão dispostos a tolerar soluções transitórias que não resolvam o fundo da questão. A doença é hoje no nosso país talvez a mais grave forma de discriminação social e económica. Quem tem recursos trata-se em médicos privados, em clínicas privadas, ou até no estrangeiro. Quem vive do seu trabalho apenas, está condenado ainda hoje a vestir o sudário do sofrimento, mendigando cuidados de saúde em caixas, hospitais, dispensários, desarticulados, ineficientes e caros. A revolução de 25 de Abril não se fez para perpetuar esta situação de profunda desigualdade. Os trabalhadores sabem-no bem e confiam na aliança do Povo com as Forças Armadas para destruir os focos de resistência ao progresso neste sector.

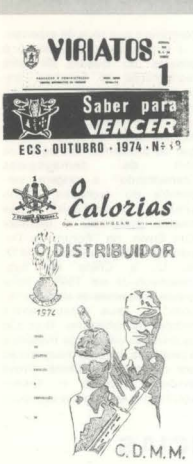
b) Os trabalhadores de saúde serão os principais obreiros do SNS. Obreiros altamente motivados pela acumulação de frustrações profissionais. Como conhecedores profundos do funcionamento do sistema actual, compete-lhes propor e impulsionar as reformas necessárias. Compete-lhes também criar e reforçar a unidade sindical entre todos os trabalhadores da saúde, exigindo a sua participação nos órgãos de administração de estabelecimentos e serviços, e imprimindo ao seu funcionamento o dinamismo e a autenticidade que tanto tempo lhes faltou.

c) Ao Governo competirá, através de uma administração pública modernizada, conduzir todo o processo até à implantação das bases sólidas do SNS. Para tanto deverá recorrer a fórmulas de gestão, de tutela, de coordenação diferentes das actuais, viciadas por meio século de autoritarismo. A participação dos interessados — utentes e trabalhadores — não poderá impedir a firmeza da acção do Governo sempre que esteja em causa o cumprimento do mandato que lhe é conferido, ou as condições para o exercício da sua autoridade.

d) O Movimento das Forças Armadas, último garante do cumprimento do seu Programa perante o Povo Português velará firmemente para que ele prossiga, implantando-se as bases que permitam construir um Serviço Nacional de Saúde que traga efectiva melhoria à qualidade de vida dos portugueses. E não hesitará em intervir sempre que as forças interessadas na paralização do processo tentarem bloquear os esforços que estão em curso.

Colaboração especial para o Boletim do M. F. A. da Secretaria de Estado da Saúde.

NOTÍCIAS DO M.F.A. NOTÍCIAS DO M.F.A. NOTÍCIAS DO M.F.A.



IMPRENSA MILITAR

O QUE É UM JORNAL DE UNIDADE

A tripla função de informar, formar e recrear que deverá sempre nortear a orientação de um órgão de informação, tem neste caso específico da imprensa militar, e hoje mais do que nunca, uma importância fundamental no sentido da *divulgação a nível interno do Programa do M. F. A. e da sua aplicação correcta diária.*

O soldado como elemento do povo em armas, constitui-se em intermediário, junto da sua aldeia, dos objectivos que o M. F. A. tomou a seu cargo, a fim de restituir ao Povo Português a sua liberdade, a sua dignidade, a sua posição inamovível de fortificante de uma História Universal Moderna.

"Democratizar, Descolonizar, Desenvolver", lema do M. F. A., é a palavra de ordem que urge praticar, equacionando a unidade do Povo com as Forças Armadas".

(Editorial do jornal "VIRIATOS" — R. I. 14 — VISEU).

PEQUENAS NOTÍCIAS

EXERCICIOS DE CAMPO DA E. P. A. M.

Estão a decorrer os exercícios do curso de oficiais e sargentos milicianos desta Escola Prática. No âmbito da Acção Cívica atribuída às Forças Armadas, os cadetes e instruendos deslocaram-se para o Distrito da Guarda (concelho de Pinhel, Trancoso, Gouveia e Sabugal) onde promovem a dinamização cultural e esclarecimento político das populações. Esta experiência-piloto tem o apoio da Comissão de Dinamização Cultural da 5.ª Divisão — E. M. G. F. A. e de diversos organismos do Estado.

Esperamos no próximo número do Boletim dar aos leitores um relato mais circunstanciado desta experiência.

ARMADA

Realizou-se dia 30 de Novembro um Plenário da Armada. Estiveram presentes cerca de 350 oficiais além de delegações de sargentos e praças.

Conselho do Movimento das Forças Armadas.

Sexta-feira dia 6 realizou-se a primeira reunião deste conselho que é composta por representantes dos três ramos das Forças Armadas.

Conselho Superior do Exército.

Foram já eleitos os delegados das várias unidades e serviços do Conselho. Realizou-se a primeira reunião no dia 29 de Novembro.

M. F. A. PRESENTE

No passado dia 24 de Novembro uma delegação de oficiais do M. F. A. assistiu, a convite, ao Congresso do Partido Popular Democrático (PPD).

A convite do encarregado de Negócios da Jugoslávia em Portugal, esteve presente uma delegação do M. F. A. à cerimónia comemorativa da Proclamação da República Federativa Socialista da Jugoslávia.

ASSINATURAS DO BOLETIM DO M. F. A.

ANUAIS

VIA ORDINÁRIA

Continente	65$00
Ultramar e Brasil	68$00
Estrangeiro	104$00

VIA AÉREA

Ilhas Adjacentes	89$00
Ultramar	161$00
Espanha	89$00
Brasil	177$00
Países Europeus (excepto Espanha)	146$00
Países Não-Europeus (excepto Brasil)	213$00

Os assinantes até ao dia 31 de Dezembro de 1974 têm direito à colecção completa desde o n.º 1.

PEDIDOS A:

DISTRIBUIDORA «O SÉCULO» — Rua do Século — Lisboa

O M. F. A. EM CABO VERDE

(Continuação da pág. 2)

2 — *Assembleia de delegados*

a) É o órgão coordenador de toda a acção do M. F. A. em Cabo Verde. mesma ordem de trabalhos em todas as ilhas onde existam Delegações Locais, competindo a estas delegações canalizar os resultados para o Secretariado. Os delegados constituem a Mesa dos Plenários.

b) É constituída por 3 oficiais, 3 sargentos e 6 praças de cada Ramo das Forças Armadas em S. Vicente e 1 oficial, 1 sargento e 1 praça em cada ilha em que estejam estacionadas unidades militares, sendo eleitos democraticamente em cada Ramo podendo ser livremente substituídos, se for essa a vontade dos representantes.

c) A Assembleia de Delegados funcionará com a presença de todos os delegados efectivos, que se assegurarão, sempre que não possam comparecer, da presença dos seus substitutos.

d) Nas deliberações votarão apenas os delegados efectivos e os substitutos em funções.

e) As reuniões deverão comparecer também todos os delegados substitutos, que poderão tomar parte activa nas discussões.

f) Os delegados procurarão manter uma permanente ligação com todas as unidades do seu ramo.

g) A Assembleia de Delegados poderá criar grupos de trabalho, para o estudo de problemas concretos, podendo dissolvê-los logo que entender.

h) A Assembleia de Delegados poderá assistir qualquer elemento das Forças Armadas, sem direito a participar nos trabalhos.

3 — *Secretariado*

a) O Secretariado é o órgão executivo da Assembleia de Delegados.

b) É composto pelos oficiais delegados.

c) Em situações que requeiram acção urgente, o Secretariado tem competência para tomar decisões sobre assuntos não especificamente discutidos em Assembleia de Delegados, devendo posteriormente prestar contas perante esta.

4 — *Comissões de apoio*

a) A Comissão Política, a Comissão Militar e a Comissão de Informação e Comunicação destinam-se a funcionar como orgãos de consulta e apoio da Assembleia de Delegados e do Secretariado.

b) Estas comissões organizar-se-ão internamente conforme for mais conveniente.

c) São eleitas democraticamente pela Assembleia de Delegados e constituídas por oficiais, sargentos e praças, delegados ou não.

d) A Comissão Política tem como funções manter-se permanentemente informada sobre a evolução da situação política em Cabo Verde, promovendo os estudos e contactos ao nível político julgados necessários à sua função de apoio.

e) A Comissão Militar tem como funções estudar as disposições mais apropriadas em cada momento ao evoluir da situação política.

f) A Comissão de Informação e Comunicação tem como funções: promover a correcta informação de todos os elementos das Forças Armadas, para o que deverá estudar as deficiências da comunicação com as bases e propor soluções; preparar, em estreita colaboração com as entidades competentes, a informação a ser divulgada pelos meios de comunicação social; editar o Boletim do M. F. A. em Cabo Verde.

5 — *Delegações locais*

Os delegados trabalharão nas suas unidades em estreita colaboração com os elementos das Comissões de Bem Estar, procurando constituir-se em Delegações Locais.

(Aprovado em 9 de Novembro DE 1974 pela Assembleia DE Delegados em S. Vicente)

O M. F. A. EM ANGOLA

(Continuação da pág. 2)

A. COMISSÃO CENTRAL

a) É o órgão da estrutura do M. F. A. que se situa junto da cúpula das F. A. em Angola funcionando como Repartição de Gabinete do Comandante-Chefe. Nesta qualidade, compete-lhe assegurar a ligação com os restantes órgãos do Q. G. / C. C. F. A. A., quer através do briefing diário, quer de contactos inopinados sempre que se depare a necessidade. Para esse efeito os militares que dela façam parte devem estar empenhados em tempo completo. Pode agregar militares que, pela sua qualificação técnica, venham a tornar-se necessários ao tratamento de assuntos específicos, nomeadamente de natureza jurídica, sócio-económica ou política, os quais terão funções meramente consultivas.

b) Dos elementos que constituem as Secções da Comissão Central serão designados por esta um ou vários elementos como representantes do M. F. A. junto dos órgãos de soberania em Angola.

c) A Comissão Central é um órgão colegial e como tal funcionará. Em princípio, no entanto, deverá constituir-se nas seguintes três áreas de trabalhos:

1) Secretariado; 2) Comissão Política; 3) Comissão de Assuntos Militares.

1) Secretariado

É composto por três elementos, um de cada ramo das F. A. e tem a seu cargo a direcção de todas as tarefas burocráticas e de expediente, de informação, relações públicas e ligação, nomeadamente:

— Divulgando os assuntos tratados pela Comissão Central e orientando os diversos escalões do M. F. A. na sua actuação prática.

— Criando, quando as circunstâncias o aconselharem, grupos itinerantes que levem a cabo reuniões e sessões de esclarecimento.

— Assegurando a publicação regular do jornal do M. F. A. em Angola e a conveniente utilização dos outros meios de comunicação social ao dispor das F. A.

— Instituindo os mecanismos necessários à auscultação da vontade e anseios das bases (oficiais, sargentos e praças).

2. Comissão Política

É composta por quatro elementos (o actual representante do M. F. A. na J. G. é um oficial de cada um dos ramos das F. A.). Compete-lhe, nomeadamente:

— A análise da situação política, mantendo permanentemente a correcta interpretação do Programa do M. F. A. e assegurando um perfeito esclarecimento do Comando-Chefe, em ordem a permitir que todas as decisões se insiram e respeitem as linhas políticas definidas.

— O desenvolvimento duma campanha de politização das tropas, consciencializando-as para os reais objectivos do Programa do Movimento.

— O íntimo acompanhamento da actuação das entidades civis, públicas ou privadas, por forma a detectar todos os desvios ao Programa do M. F. A. e conseguir a sua correcção.

3 — Comissão de Assuntos Militares

É composta de três elementos (um do Exército, um da Armada e um da Força Aérea).

Compete-lhe nomeadamente:

— A análise de todos os assuntos de natureza militar que possam afectar ou ser afectados pela aplicação do Programa do M. F. A., tendo em vista o processo de descolonização e acesso à independência de Angola, elaborando as propostas para o justo tratamento desses assuntos.

— Dinamizar o espírito de coesão e disciplina dentro das F. A. apoiando as suas hierarquias.

— Motivar as tropas em todos os escalões para a sua participação na aplicação do Programa do M. F. A.

B. COMISSÕES DOS TRÊS RAMOS DAS FORÇAS ARMADAS

Cada Comissão é composta de três Oficiais em tempo completo e constitui a Repartição de Gabinete do respectivo Comandante de Ramo.

É da competência das Comissões, nomeadamente:

— Assumir no seu escalão, as funções correspondentes às da Comissão Central.

— Assegurar uma ligação permanente com as comissões das Unidades da Guarnição de Luanda, e com as suas bases sempre que conveniente.

C. COMISSÕES DE ZONA OU SECTOR

Cada Comissão é composta por três Oficiais eleitos entre as Unidades aquarteladas na localidade sede.

Compete-lhe assumir no seu escalão as funções correspondentes à Comião Central, no âmbito do Comando-Chefe.

D. COMISSÕES DAS UNIDADES

São compostas, a nível de Batalhão, por um Oficial do Q. P., um Oficial do Q. C., um Sargento do Q. P., um Sargento do Q. C. e quatro Praças.

Poderão ainda constituir subcomissões nas suas companhias.

Compete-lhes, no seu escalão, a aplicação das atribuições referidas para os escalões mais elevados, assumindo particular relevo a acção de esclarecimento junto das tropas de acordo com os objectivos atrás anunciados.

III. REUNIÕES A EFECTUAR

A fim de permitir o constante tratamento colegial dos vários assuntos e a intercomunicabilidade dos diversos escalões, deverão efectuar-se, no mínimo, as seguintes reuniões periódicas:

— Diariamente: Comissões de unidade. Cada uma das comissões de per si.

— Semanalmente: Conselho coordenador. A comissão central com as comissões dos Ramos.

Conselho da guarnição de Luanda. As comissões dos Ramos com as comissões das Unidades da guarnição de Luanda a que podem comparecer sempre que o julguem necessário outros elementos da Comissão Central.

Conselho de guarnição. As comissões das Zonas e Sectores com as comissões das Unidades aquarteladas nas respectivas localidades.

— Quinzenalmente: Conselho de zona ou sector. As comissões das Zonas e Sectores com as comissões de todas as suas Unidades.

— Mensalmente: Assembleia de delegados. A comissão central com as comissões dos Ramos, com a comissão da guarnição de Luanda e com as comissões de Zona e Sector.

PÁGINA CULTURAL

Esta página está aberta à divulgação de temas reconhecidos pela redacção de interesse cultural

A CONFERÊNCIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO

A Conferência Mundial da Alimentação, que se realizou recentemente em Roma, marcou mais uma etapa na recusa de certas nações em considerar a gravidade do problema da fome no mundo. René Dumont, conhecido pelo interesse que desde sempre dedicou aos problemas do Terceiro Mundo, escreveu recentemente num semanário francês que "O maior ciclo de fome no mundo já começou".

Reuniu-se também recentemente a primeira Conferência Demográfica organizada pela O. N. U., em Bucareste. Esta conferência foi o teatro de um afrontamento que já se adivinhava entre as nações mais desenvolvidas e as do "Terceiro Mundo", querendo as primeiras que se pusesse o acento tónico na limitação dos nascimentos e controle demográfico e as outras que o primeiro ponto, e de longe o mais importante a tratar, era o do desenvolvimento, sendo tudo o resto dependente desse ponto prévio.

Que se esconde debaixo do aparente cariz tecnocrático das propostas? Quem terá razão? Avancemos alguns elementos para reflexão. . .

Os países desenvolvidos avançam, em abono das suas teses alguns números impressionantes. Calcula-se que a população mundial irá atingir os 6500 milhões de indivíduos cerca do ano 2000. E só há verdadeiras hipóteses de estabilização quando essa população atingir onze ou doze biliões de pessoas. Por outro lado e apesar de todos os melhoramentos introduzidos na selecção de sementes e rendimento das terras a realidade tem-se encarregue de demonstrar que, a menos de uma descoberta sensacional nos tempos mais próximos, não se pode contar com um aumento espectacular da produção de cereais (trigo, etc. . .) e portanto o aumento da produção agrícola não poderá acompanhar de modo nenhum o aumento demográfico. Daí concluir-se que é urgente o controle demográfico ou seja a limitação dos nascimentos. E como, ainda por cima, são os países mais pobres aqueles em que a taxa de natalidade é maior será por eles que deverá começar esse controle. . .

Muita coisa está porém escondida neste tipo de raciocínio. Vejamos. . .

Quando se diz que o mundo vai contar daqui a alguns anos 6500 milhões de pessoas estamos a escamotear vários aspectos do problema do consumo de recursos da terra. Por exemplo Barbara Ward e René Dubos provaram no seu livro "Só Temos Uma Terra" que para efeitos de consumo de energia um camponês da Índia consome quinhentas vezes menos energia que qualquer burguês instalado nos arredores duma grande cidade e que a mesma relação é válida para o consumo de metais. Se nos entretivessemos a tentar calcular correspondências semelhantes para os outros recursos esgotáveis da terra encontraríamos relações semelhantes.

Logo aqui começamos a ver as coisas de maneira diferente, pois percebemos já que, para efeitos da limitação de consumo de recursos esgotáveis, o nascimento de uma só criança americana equivale ao de 500 crianças das regiões atrasadas do Terceiro Mundo. Relações deste tipo também se podem estabelecer em relação a outros países capitalistas.

Segue-se pois que a dilapidação dos recursos da nossa terra *não advém directamente da alta taxa de natalidade dos países pobres mas antes do consumo exagerado desses recursos pelos países ricos. Acresce a este raciocínio o seguinte facto: dilapidadores directos dos recursos da terra, os países ricos, são também indirectamente responsáveis pelo desiquilíbrio crescente do sistema ecológico, pois para além de ser neles que se concentra quase todo o aparelho produtor de poluição, é neles que vamos encontrar toda a gama de produções feitas segundo regras que não respeitam os imperativos ecológicos. Quando um lavrador do Paquistão semeia a sua terra fá-lo segundo um método que poderá não ser rentável mas com toda a certeza perturba muito menos o ciclo ecológico que o correspondente acto de um "farmer" americano que utiliza toda a gama de produtos sintéticos e de adubos que destroem esse mesmo equilíbrio ecológico.*

Não que queiramos deste modo condenar todo o aumento de rendimento na produção agrícola, mas queremos lembrar que, ao servir-se de todo o arsenal de técnicas ao seu dispor, o cidadão responsável pelo esgotamento dos recursos da terra do que o habitante do "Terceiro Mundo".

Vemos pois, claramente que a haver culpado não é o habitante do Terceiro Mundo, mas antes o satisfeito burguês habitante de qualquer país capitalista desenvolvido.

Mas o que é que leva então o imperialismo a insistir tanto no controle da natalidade?

Em primeiro lugar uma razão evidente: ao chamar a atenção para o problema da natalidade desvia-se a atenção do verdadeiro problema e permite-se um ataque aos países sub-desenvolvidos que têm taxas de natalidade elevadas.

Em segundo lugar há um motivo de ordem política. Para o explicar temos que explicar primeiro o papel desempenhado pela teoria de Malthus no desenvolvimento económico contemporâneo.

Naquilo que mais propriamente aqui nos diz respeito, a teoria de Malthus diz que a população cresce a um ritmo muito superior ao da produção pelo que se torna imperioso limitar o crescimento dessa população para conseguir um aumento do produto nacional "per capita". Tal esquema político-económico conheceu uma certa voga, mas foi posteriormente muito violentamente atacado por economistas que puseram em destaque o papel dinamizador de um aumento populacional. Tornou-se claro que um *aumento populacional longe de impedir o desenvolvimento económico e uma das condições da sua existência desde que haja outros factores progressistas como tecnologia e organização social apropriadas. É, por assim dizer, um precioso "capital" com que conta um país, aumentando a sua população activa, traduzindo-se em mais braços válidos para trabalhar, em maior necessidade de produção alimentar etc. . . etc. . . O elemento "população" é pois um elemento precioso para qualquer país que se queira desenvolver social e economicamente. Ainda o será mais em certos países onde a fraca densidade populacional não permite uma efectiva ocupação dos solos, ou a criação de um desenvolvimento industrial ou o desbloqueamento de atitudes sociais feudalistas, pela introdução de "gente nova" no tecido político-social.*

Pelo exposto vemos que as teses Malthusianas foram rapidamente abandonadas pois em vez de conduzir a um aumento do rendimento global e individual antes conduzia a uma conservação do "status quo".

É curioso e significativo pois assistir a este renascimento das teses de malthus. *Retomadas pelas grandes potências elas significam a vontade de manutenção desse "status quo".* Sabendo o papel dinamizador de um aumento populacional pretende-se conter "dentro dos actuais limites" as populações dos países pobres para que em caso algum possam essas populações, daqui a alguns anos, assumir, pelo seu peso específico, uma preponderância no xadrez internacional que os países ricos não desejam que elas venham a ter. Eis, pois, reeditado a nível internacional o velho pesadelo das velhinhas inglesas de antes da guerra, de ver "hordes" de bárbaros em número incalculável invadir a Europa, de faca entre os dentes. .

Chamava-se a isso na altura o "perigo amarelo". . .

Desmontada pois a argumentação pseudo-científica dos países desenvolvidos resta-nos tentar explicar porque é que, para os países do "Terceiro Mundo" o verdadeiro problema reside numa tomada de posição nítida e concreta por parte dos organismos internacionais em favor da ajuda ao desenvolvimento e não de limitações de nascimentos.

Para isso vamo-nos socorrer mais uma vez de palavras de René Dumont: "Vamos dar ao gado, a nível mundial, em 1974 mais de quatrocentos milhões de toneladas de cereais. Para os que morriam de fome, no Sahel, dispensamos seiscentas mil toneladas". . .

Convêm pois não esquecer que o problema da fome no mundo é também um problema de "falta de solidariedade" da parte dos países gastadores e desperdiçadores de recursos em relação aos outros (mas o contrário é que seria de espantar. . .) e que a sua solução só é possível no quadro de uma reorientação de recursos, impedindo certos países de desperdiçar aquilo que a outros faz uma falta desesperada. Nesse aspecto urge denunciar aquilo que os problemas demográficos têm de demagógicos "camuflando" a origem verdadeira do problema. Como acentua, a propósito desse mesmo problema, a escritora Han Suyin, no "Forum du Developpement", publicado pela O. N. U. a China era sub-desenvolvida em 1949 e tinha graves problemas de alimentação com os seus quatrocentos milhões de habitantes. Hoje são os chineses oitocentos milhões e o problema da fome desapareceu por completo na China. Prova evidente que é o desenvolvimento racional da produção e da sua distribuição que resolvem o problema e não só a limitação da natalidade, como querem alguns. . .

Como alguns dos países da Conferência de Bucarest sublinharam e como ficou expresso, a seu pedido, na resolução final o problema da fome no mundo é, antes de mais, um problema que pode ser resolvido através duma distribuição mais justa dos recursos da Terra e da Instauração de novas relações socio-económicas entre países.

Para finalizar entendamo-nos sobre o termo "falta de solidariedade" acima utilizado. Como diz René Dumont: "Não é uma assistência estrangeira suplementar que acabará com a fome no mundo. A menos que ataque os mecanismos de dominação externos (multinacionais, imperialismo) e internos (consumos abusivos por parte das minorias privilegiadas)". Por isso a "falta de solidariedade" não é mais do que o actuar dos mecanismos do sistema imperialista. Por isso quem deveria estar no banco dos réus era o imperialismo, principal beneficiado das desigualdades económicas entre países, e principal causa destas. Por isso a "instauração das novas relações sócio-económicas" (e consequentemente políticas) entre países tem que passar pela destruição do imperialismo.

Agora que Portugal através do seu processo de descolonização, entrou numa nova fase das suas relações internacionais, é conveniente sabermos o que está em jogo nessas Conferências que muitas vezes opõem os países industrializados aos países ditos do "Terceiro Mundo". A nossa solidariedade em relação aos países oprimidos deve ser uma constante da nossa História futura.

Aliás o discurso do Presidente da República, general Costa Gomes, proferido perante a Assembleia Geral da O. N. U. aponta decididamente nessa direcção.

AS GRANDES POTÊNCIAS CONTRA O TERCEIRO MUNDO

CULTURA

A aquisição da cultura significa uma elevação constante, servida por florescimento do que há de melhor no homem e por um desenvolvimento sempre crescente de todas as suas qualidades potenciais, consideradas do quádrupulo ponto de vista físico, intelectual, moral e artístico; significa, numa palavra, a conquista da liberdade.

E para atingir esse cume elevado, acessível a todo o homem, como homem, e não apenas a uma classe ou grupo, não há sacrifício que não mereça fazer-se, não há canseira que deva evitar-se. A pureza que se respira no alto compensa bem a fadiga da ladeira.

Condição indispensável para que o homem possa trilhar a senda da cultura — que ele seja economicamente independente. Consequência — o problema económico é, de todos os problemas sociais, aquele que tem de ser resolvido em primeiro lugar. Tudo aquilo que for empreendido sem a resolução prévia, radical e séria, desse problema, não passará, ou uma tentativa ingénua, com vaga tinta filantrópica, destinada a perder-se na impotência, ou de uma mão-cheia de pó, atirada aos olhos dos incautos.

Bento de Jesus Caraça
(Conferência realizada em 1933).